

PAULO DANIEL WATANABE

SEGURANÇA E POLÍTICA EXTERNA DO JAPÃO
no pós-Segunda Guerra Mundial



SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – O IMPÉRIO	23
Uma grande potência na Ásia	24
O Japão na Primeira Guerra Mundial	36
O Japão na Segunda Guerra Mundial	38
O Fim do Império Nipônico e o nascimento de um novo Estado	41
CAPÍTULO 2 – A OCUPAÇÃO DOS ALIADOS	47
O Imperador Hirohito	54
Uma nova Constituição ao Japão	62
Reformas econômicas	76
O fim da Ocupação	83
CAPÍTULO 3 – A RETOMADA DA SOBERANIA: O INÍCIO DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA?	91
A Criação das Forças de Autodefesa	96
Os Estados Unidos e a Segurança do Japão	104
A recriação da Indústria de Defesa	121

O Programa Nuclear	124
O ingresso do Japão na Organização das Nações Unidas	129
CAPÍTULO 4 – JAPÃO: NOVA POTÊNCIA ECONÔMICA	137
Nakasone Yasuhiro na direção da Agência de Defesa do Japão (JDA)	139
A criação do Esboço do Programa de Defesa Nacional em 1976	141
A busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU	144
Relações entre o Japão e a China	150
O Japão sob a liderança de Nakasone: o “Porta-Aviões Inafundável”?	166
A Lógica da Política Externa e da Segurança do Japão: um breve debate teórico	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
ANEXOS	197

PREFÁCIO

INTRINSICAMENTE CONECTADAS, a segurança e a política externa se constituem em temas bastante sensíveis da agenda dos governos. Afinal de contas, os Estados interagem tanto em termos bilaterais quanto multilaterais, seja através das negociações econômicas, intercâmbios culturais, cooperação militar e relações diplomáticas. Nem poderia ser de forma diferente, uma vez que um mundo cada vez mais globalizado exige que os países aumentem os níveis de cooperação em todas as esferas, ao mesmo tempo em que competem entre si, tornando-se, em contrapartida, dependentes do que ocorre em todos os rincões do planeta.

Ainda que o discurso da interdependência e globalização tenham adquirido importância crescente, na agenda não apenas das grandes potências, mas igualmente entre aqueles que, justamente, se sentem prejudicados pelos novos cenários, não resta dúvidas de que a soberania e os tradicionais conceitos das políticas nacionais jamais foram abandonados.

O fim do Estado-Nação, o crepúsculo da soberania, a inutilidade das fronteiras, entre outros temas, foram intensamente discutidos, sobretudo a partir do término da guerra fria, quando se apregoava o fim de uma ordem e a construção de um mundo novo completamente distinto daquele até então conhecido.

O aumento da cooperação e a formação de blocos, visando integrar regiões em todos os continentes, passaram a ser assunto do dia, independentemente das latitudes e das orientações políticas e ideológicas.

Imaginavam os mais otimistas que a política de poder implementada pelos Estados cederia espaço, sendo substituída pelo aumento da cooperação e com as grandes organizações e conferências internacionais desempenhando papel cada vez mais ativo, por exemplo, nos anos 1990, com a agenda social discutindo desde o meio ambiente, a pobreza, os problemas demográficos e a questão urbana e habitacional.

Mas, ao mesmo tempo em que a guerra fria chegava ao fim, verificaram-se conflitos de forte intensidade, seja no Oriente Médio, seja no Leste Europeu. Contrariava-se, assim, a expectativa daqueles que pensavam o mundo sob outros prismas, onde o uso da força e da violência fosse mera lembrança.

Paradoxalmente, enquanto se tornava comum a retórica da globalização e da interdependência, acirravam-se os ânimos de políticas nacionais elaboradas com tanto ou maior vigor do que antes. Nacionalismos, xenofobismos, protecionismos foram, entre outras, políticas implementadas visando salvaguardar interesses nacionais na ordem pós-guerra fria.

Na realidade, tal quadro não se diferenciava do que se verificou nas décadas anteriores, por exemplo, com o fim

da Segunda Guerra Mundial. Assim que essa chegou ao seu término, a divisão do mundo caracterizou o sistema internacional durante duas gerações, em conjuntura marcada pelo que se designou *equilíbrio do terror nuclear*.

Enquanto os Estados Unidos da América de um lado, e a União Soviética de outro, controlavam rigidamente seus impérios, nem por isso manifestações de contestação de tal ordem foram bloqueadas, seja no aspecto ideológico, seja no plano político-econômico, com os países não alinhados ou com o bloco do Terceiro Mundo.

Países outros, mesmo não incluídos dentre esses dois últimos grupos, tiveram, igualmente, que se ajustar às regras do mundo bipolar pós-1945. Tal comportamento pode ser observado, inclusive, através dos países que participaram efetivamente do conflito e, na condição de perdedores, adequaram-se às conjunturas regionais e internacionais.

O Japão foi um desses Estados que, sendo o último a ser derrotado, foi, também, um dos que mais sofreram transformações desde então. Com parte do território sediando tropas norte-americanas desde então, converteu-se em importante agente do cenário global, no espaço de apenas duas gerações.

Existe, no plano internacional, vasta bibliografia discutindo o “milagre japonês”, como se designou a política econômica implementada pelo Japão nos anos 80. Mas, ainda que isso pudesse corresponder à realidade, o papel militar e político exercido por aquele país asiático sempre deixou a desejar, inclusive por limitações constitucionais (sobre reequipamento bélico).

No Brasil ainda são restritas as obras que tratam especificamente do Japão no cenário mais amplo das Relações Internacionais. Aquelas mais conhecidas exploram aspectos